

Soraia Faria

Para: pescasamaralsousa@sapo.pt
Assunto: RE: Consulta pública no âmbito da alteração do Decreto Legislativo regional sobre o Parque Marinho dos Açores

De: [REDACTED]

Enviada: 23 de abril de 2025 11:45

Para: Apreciacao Publica <apreciacaopublica@alra.pt>

Assunto: Consulta pública no âmbito da alteração do Decreto Legislativo regional sobre o Parque Marinho dos Açores

Exmo. Sr. Presidente, da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa Regional.

Vimos por este meio intervir no âmbito da proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, relativa ao Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII, que visa a terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores, e que tem como objetivo permitir a arte de pesca de salto e vara nas Áreas Marinhas Protegidas com nível de Proteção Total.

Como se tem afirmado ao longo de vários anos, não só por Pescadores, mas também pelo meio científico e essencialmente por biólogos marinhos, pesca com salto e vara é uma técnica tradicional e sustentável, que garante a preservação dos recursos marinhos e mantém a identidade cultural das comunidades piscatórias açorianas. Esta arte seletiva, de baixo impacto ambiental, contribui para a conservação dos ecossistemas marinhos ao evitar capturas acessórias e minimizar os danos aos habitats subaquáticos.

O processo de alteração das áreas marinhas protegidas foi um processo controverso, no qual muitas das áreas definidas, assim como as suas restrições, não foram de consenso em reuniões e muitas delas não foram devidamente explicadas a quem com elas perderia o seu sustento económico.

O lobby das empresas marítimo turísticas que tem existido sobre a proibição da pesca de salto e vara nas áreas totalmente protegidas é completamente afrontador para com os armadores e pescadores açorianos, sem a devida justificação científica, aliás os pescadores sempre colaboraram com estas empresas, sendo falso afirmar que esta arte tem interferência com outras actividades.

Estamos a cinco meses da entrada em vigor da alteração ao Parque Marinho dos Açores, sem qualquer alternativa para o setor, não acreditamos no plano de reestruturação das pescas, que é apenas e só uma forma que o governo apresenta para calar o sector das pescas. Não queremos subsídios, QUEREMOS APENAS QUE NOS DEIXEM TRABALHAR!

Assim, somos de opinião que, a proposta apresentada pelo Partido Socialista garantirá a sustentabilidade, não só dos recursos marinhos e dos ecossistemas dos Açores, mas também da sustentabilidade social e económica do setor das pescas e quem dele conserva.

O Sócio Gerente
João Manuel Sousa